# Câmara dos Deputados

## Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC

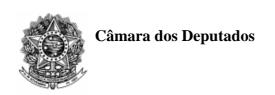
Requerimento Nº\_\_\_\_\_ DE 2007. (Do Senhor Moreira Mendes)

Solicita a realização de audiência pública, em em conjunto com as Comissões de Finanças e Tributação e de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, para discutir a aplicação do artigo 46 da Lei 11.457/2007, que permite à União incluir os nomes dos contribuintes cujos débitos estejam inscritos em dívida ativa em cadastros de. Inadimplentes, como o SERASA e o SPC.

### Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 24, inciso XIV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro, que ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública nesta Comissão, em conjunto com as Comissões de Finanças e Tributação e Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, para discutir a aplicação do artigo 46 da Lei 11.457/2007, que permite à União celebrar convênios com empresas como o SERASA, o SPC e a Equifax, para inclusão em seus cadastros dos nomes dos contribuintes inadimplentes, cujos débitos estejam inscritos em dívida ativa.

Sugerimos ao douto Colegiado a audiência Senhor Procurador Geral da Fazenda Nacional, Dr. Luis Inácio Adams; dos professores e advogados tributaristas; Dr. Alcides Jorge Costa; Dr. Antônio Carlos Rodrigues do Amaral; Dr. Ives Gandra Martins; Dr. Kiyoshi Harada; Dr. Marco Aurélio Greco; e do professor e deputado estadual (PSDB/SP), Dr. Fernando Capez.



### **JUSTIFICATIVA**

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional aguarda a edição de portaria do Ministério da Fazenda para encaminhar ao SERASA, por meio de convênio já assinado, os nomes de cerca de três milhões de contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, em débito com a União. Outras empresas de proteção ao crédito, como a SPC e a Equifax, também solicitaram o acesso aos dados. De acordo com informações do procurador-geral da Fazenda Nacional, Luís Inácio Adams, noticiadas pela imprensa, seriam inscritas todas as dívidas superiores a mil reais, compreendendo, portanto, débitos considerados anti-econômicos, aqueles de menor valor que não compensam os custos da execução judicial. Todos os tipos de débitos com o Governo estariam incluídos na lista: impostos não pagos; contribuições à Previdência Social; empréstimos do crédito rural que não foram pagos; multas aplicadas que não foram recolhidas. Apenas não serão incluídos devedores que tenham créditos suspensos, seja por decisão judicial, por garantia ou por parcelamento em dia.

A portaria a ser editada pelo Ministério da Fazenda tem por fundamento legal expresso o art. 46 da Lei 11457/2007 (conversão da Medida Provisória da SuperReceita) o qual permite a celebração de convênios com empresas como o SERASA, SPC e Equifax, para inclusão dos nomes dos contribuintes devedores, cujos débitos estejam inscritos em dívida ativa:

Art. 46. A Fazenda Nacional poderá celebrar convênios com entidades públicas e privadas para a divulgação de informações previstas nos incisos II e III do § 3o do art. 198 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional - CTN.

# **Câmara dos Deputados**



A constitucionalidade, a legalidade e o mérito da norma inscrita no art. 46 é matéria que gera consternação entre advogados, empresários e cidadãos.

Por esse artifício, a Fazenda Nacional faz uso de um meio de coerção abusiva para pressionar os contribuintes a quitar os débitos com a União. A imediata inclusão do nome do contribuinte na lista de maus pagadores cria graves constrangimentos para empresas e cidadãos, e gera embaraços à continuidade do desenvolvimento das atividades empresariais, dessa forma, inibe o recurso à via judicial, notoriamente morosa, para elidir a cobrança de tributo, como forma de garantir a manutenção da regularidade de sua vida financeira. A iniciativa tem impacto devastador sobre a vida financeira dos contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, que suportarão restrições para obtenção de créditos, financiamentos, parcelamentos. Pequenas e médias empresas suportarão ainda mais intensamente os rigores de tal iniciativa, pois não têm como manter estrutura jurídica para reagir à inclusão de seus nomes em tais serviços.

Alguns Estados brasileiros já estudam adotar a inclusão dos nomes dos devedores em cadastros de inadimplentes. Nesse rol figuram **Goiás** - o primeiro Estado do país a enviar os nomes de 520 nomes de devedores ao Serasa; **São Paulo**, **Rio de Janeiro**, **Bahia**, **Espírito Santo**, **Santa Catarina**, **Mato Grosso do Sul e Paraíba**.

Não há informações claras sobre o tipo de regulamentação que se pretende editar. Porém, no último dia 24 de outubro, o procurador-geral da Fazenda Nacional, Luís Inácio Adams, entregou uma minuta da portaria aos parlamentares da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, e se noticia que nova reunião estaria marcada para o dia 6 de novembro.





Claro está que tal tema não pode ficar adstrito à discussão em reuniões fechadas e deve merecer exame criterioso por parte de todos os parlamentares. A realização desta audiência pública permitirá o acesso a informações precisas, prestadas por técnicos especializados, bem como propiciará a avaliação lúcida quanto à correção, impacto e constitucionalidade da norma inscrita no art. 46 da Lei 11.475/2007.

Por todo o exposto, peço o apoio dos nobres colegas na aprovação deste requerimento e realização desta audiência com a maior brevidade possível.

Sala das Comissões, em de de 2007.

Deputado Moreira Mendes PPS/ RO